

**O POVO NO GOVERNO – NOTAS À MARGEM DO
DISCURSO DE MIGUEL ARRAES, EM 31 DE
JANEIRO DE 1963, NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO RECIFE.**

LOURIVAL HOLANDA*

Às vezes a melhor homenagem que se presta a quem se ausenta, se marca por sua falta sentida como uma necessidade, e revertida assim numa intensidade de presença. A presença candente de Miguel Arraes se estampa sobretudo pela necessidade de sua interlocução, que a experiência fez luminosa. A melhor homenagem: dar-nos conta de sua falta. Este é, certamente, o que sentimos, em face às homenagens aqui prestadas à figura deste que foi, sem dúvida, um dos nossos maiores homens públicos contemporâneos. Lá se vão uns quarenta anos desde que Miguel Arraes pronunciou, na Assembléia Legislativa, em janeiro de 1963, o discurso definidor de sua plataforma política. Agora, em tempos turvos, em que um grande projeto se vê acuado a uma política menor, chã, *comme une étoile au fond d'un puits*, (Aragon), é mais que oportuno voltar à herança de Miguel Arraes, como a uma reserva de esperança, a esperança política ainda e sempre, como a luz de uma estrela fulgura mesmo ao fundo de um fosso. A figura de Miguel Arraes se

estende ao longo dos anos mais fecundos da luta social no Nordeste. Em 1881, saudando Calderón de la Barca, um Verlaine surpreendente dizia: *Salut! et qu'est-ce que ce buit fâcheux d'académies, de discours, autour de ce grand mort em éveil parmi tant de choses endormies?* (Por que todo esse barulho, esses discursos, em torno deste grande morto *desperto em meio a tantas coisas adormecidas?*). Presença candente: como em brasa, vigilante, a cobrar e acordar muita coisa em nós que corre o risco de ficar, por desencanto, adormecida na indiferença social.

De entrada, um diferencial: a distância tomada com relação à prática política corrente, onde sempre uma elite se reveste de povo e em seu nome pretende legislar. Prática secular, concepção comum a essa classe que se serve do Estado como de um patrimônio, e do povo como de alguém lhe passasse a *procuração* do poder. O mando sempre estando entre mãos da suposta nobreza local: *administração de interesses de pequenos grupos aparentados, familiar ou economicamente*, Arraes põe seu orgulho em ser um homem do povo: ele ali está *não em nome do povo, não em lugar do povo, mas como homem do povo, o povo*. Daí seu orgulho por estar investido *por força da vontade expressa livre e conscientemente pelo povo de Pernambuco*. Na prática eleitoral daqueles anos, esse orgulho de quem se submete honestamente às urnas, conta como muito.

Desde os primeiros movimentos nativistas, mais generosos que estratégicos, a política local pagou alto preço pelo vazo de distanciar-se do povo. Assim a sedição de 1801; o Movimento de 1817 e mais tarde o de 1824: tempo de analfabetismo literal e político; e de sufrágio restrito aos coronéis. Daí a tentação – que muito daquela contingência excusa, pela restrição dos meios e urgência da tarefa – de um movimento de cima para baixo. Os intelectuais nem sempre desconfiavam da distância que há entre eles e as camadas populares que pretendiam representar, tornando-os quase sempre *tradutores de uma realidade distante*, para retomar as palavras de Arraes. A passagem de uma geração a outra, a tradução de uma classe num outro registro, tudo já implica perda. Toda suposta tradução dos anseios de uma classe é já uma interpretação; comporta seu risco. Qualquer um que fale em nosso nome nos nomeia mal e, de certa forma, nos cala; ou nos reduz. Os partidos de esquerda, sobretudo por força da própria condição de clandestinidade, tendem a

formar *ghettos* marxista-leninistas, desconectados como povo – *as forças motoras da Revolução*. Daí a impaciência de Arraes com os discursos acadêmicos – que findavam sendo um álibi para o imobilismo. *Passou o tempo das discussões acadêmicas, dos torneios de oratória em defesa de posições teóricas importadas e mal traduzidas*. Há um eco marxizante nessa concepção que prepara já a conseqüente: *Agora é tempo de agir, de fazer, de enfrentar a dura realidade, que é a nossa, para compreendê-la e modificá-la*. A tônica é: fazer o homem brasileiro.

E daqui podemos deduzir uma concepção de humanismo então em voga, nos circuitos filosóficos europeus. Já não era mais o humanismo enquanto mera recuperação do modelo greco-romano. Era uma concepção mais próxima do otimismo renascentista: o homem é o que pode fazer de si. No caso, em vez de mero sobrevivente, a tarefa é fazê-lo *ascender à condição de consumidor e criador de riqueza*. Hoje, passado o encantamento com as possibilidades otimizadoras, depois do Gulag, da Shoah, pensamos mais modestamente, sobre a condição humana. Já nem o primeiro momento, (repetição do que foi instituído como clássico, Aristóteles, Ovídio, Platão, Horácio – que pensam os valores humanos como *dados*, por Deus ou pela natureza); nem o segundo, divulgado pela renovação renascentista (o homem provindo da vontade, no rastro de Pelágio até Pico de la Mirandola: a salvação dos homens está em suas mãos, e de uma suposta benevolência “natural” do homem para com seu semelhante – há, aqui uma radicação afetiva, filantrópica, que fez fortuna na divulgação do termo *humanista*.); coube a nosso tempo, saído de fracassos exemplares, rever o humanismo e repensá-lo de modo muito mais modesto. O homem, longe de ser uma qualquer essência metafísica, é *modal*: um leque de possíveis. Capaz do melhor e do pior. Portanto, ele se define por ser *posicional*, não substancial. Os homens não são tão livres: têm uma cultura e uma história que os antecede. Nem são naturalmente bons – mas podem tornar-se. Parece ser essa a tônica que move a filosofia política de Miguel Arraes. (Um trabalho interessante será o de reconstituir a biblioteca de Arraes para ver a linha de sua formação, desde a juventude até os anos de exílio).

No entanto, o tempo de Arraes é um tempo sartreano, tempo de grandes insurgências. Isso torna Arraes mais *novo* que todos nós, porque um entusiasmo o move; e que ainda nos comove. Daí a ênfase, quase

fáustica, no fazer: *tempo de fazer do homem brasileiro (...) o centro de todas as preocupações*. Notável como ele desfaz a fortuna do termo humanista, dessorado pela tradição, para revertê-lo na prática política. *Mais que uma doutrina, que nunca foi, o humanismo é uma atitude e um método, de que o homem se serve para nutrir sua permanente e sadia ambição de tornar-se mestre de si mesmo e do mundo, pelo exercício de sua atividade intelectual*. De Arraes a nossos filhos – esperemos – uma lição: não se pode abdicar, em nome de nenhum finalismo na história, dessa componente de autonomia a que alude o discurso, ou a experiência de Arraes. Prudência pede pôr em dúvida salutar qualquer processo histórico (marxismo ou hegelianismo, em suas versões de vulgatas facilitadas para efeito didático) que descreditem a autonomia do sujeito histórico. Aqui se deixa ver o conceito filosófico de *engajamento* traduzido pelo político em ação compromissada com um projeto social. (Antes, Sartre, que pegou o termo com Paul Nizan (*en s'abstenant, on prend position*), radicalizou seu sentido, no jargão filosófico). Para Arraes, *é um dever, a que não se pode fugir, ser homem de seu tempo e de seu povo, um homem da revolução brasileira*. Em Arraes é a necessidade de existir historicamente situado.

No entanto, ao invés de se fazer porta-voz de qualquer solução via ideologia à mão, naquele momento, Arraes convoca para o diálogo. (Embora ele tenha passado a muitos, sobretudo aos que não privaram de sua intimidade, a imagem de senhor sisudo, fechado, como um coronelão. Não surpreende: ele certamente cedo se encaixa no esteriótipo dos nossos pais sertanejos, duros e afáveis a um só tempo, desafeitos a dizer a ternura que guardavam sob severa reserva. *Senti que era meu dever dizer tudo que acabo de dizer, com minha rudeza de nordestino* — (o que não deixa de ser perigoso, se entendido às pressas, por restringir o leque de possibilidades de ser nordestino, a um chavão: o nordestino é alguém que sacrifica a elegância das nuances, pelo binário *preto no branco*. Muitas de nossas rejeições às diferenças advêm daí, dando provas de nossa estreiteza mental, ao recusar o que nos escapa à compreensão). Um político contratualista convoca ao diálogo *cristão ou ateu, socialista ou capitalista, o brasileiro atual tem de ser um militante desse humanismo*. Sinal de seu tempo: ele acredita no consenso que no momento se faz, na ONU, como crê no Concílio Ecumênico, como

exemplos de procura de concórdia e de paz. Havia na ONU maior condição de consenso; e, na Igreja, pontificava a figura enorme de um João XXIII. O território social está atualmente mais minado, menos propenso aos consensos. Daí ser maior o desafio de separar e superar o tentador individualismo moderno e de conciliar projeto comum e autonomia. Porque a filosofia política de Miguel Arraes, longe de se alinhar com os liberais, que postulam a anterioridade do *eu* sobre os fins que o próprio homem se atribui, é mais marcadamente comunitária, (o que aqui estou chamando *pactualista*) que, logo de antemão, insere o homem em práticas sociais preexistentes – que então ele tenta modificar, reconstruir, enfim, ressignificar.

Quando define seu programa, toma o cuidado de, primeiro, situá-lo: o humanismo que sua revolução apregoa não decorre de princípios abstratos, de torneios oratórios das discussões acadêmicas. Trata-se de pensar o homem deste tempo e deste lugar, pensar a partir de como o brasileiro está no momento. Como se Arraes tomasse de Rousseau o cuidado no olhar: de longe, vemos *os* homens – coisa quase abstrata; de perto, encontramos *o* homem – essa realidade concreta. Por isso fala, com certo *pathos*, até, no *viver intensamente o drama de querer ser e de ser o brasileiro neste tempo*.

Num dado momento deduz sua concepção de tradição pernambucana positiva, *tradição legítima*: a do trabalho, a da resistência ao invasor, tradição de bravura de que deram prova brancos, negros, índios, senhores e escravos, militares, comerciantes e sacerdotes. Sem heroicização de qualquer segmento, mas abrangendo todas as resistências – a que chama *fraternidade dos inconformados*. A tradição negativizada, a de quando nos séculos 16 e 17 aqui floresceu uma civilização do açúcar, e exportávamos um produto – e agora, com as condições de miséria da mão-de-obra da Zona da Mata, exportamos o *produtor* deste trabalho para a subvida na periferia dos grandes centros urbanos. O Governador está no mesmo horizonte histórico de Francisco Julião, outro nome luminar daqueles dias duros.

Lição mais oportuna hoje, em dias desafortunados quando muitos resolvem a perplexidade diante dos descaminhos da política, pelo desencanto muito pouco mobilizador... Para Miguel Arraes o futuro, longe de ser um monumento já de antemão arquitetado por uma ideologia

que dê o conforto e a segurança de pensar sua consecução, mas, antes, o futuro é uma aposta, como o fogo, sempre renovado. *E nos será possível merecê-lo e conquistá-lo com trabalho e mais trabalho.*

O diferencial: Arraes toma a prudência (paradoxalmente até imprudente: a esquerda, cedo, sonha com um universalismo, com a tentação de exportação de modelo, sobretudo quando até então bem sucedido). Mas nosso bravo homem tem, com o cuidado, a coragem de rechaçar as soluções transplantadas, como diz de modo claro. E, se reconhece a necessidade do apoio dos *líderes de sindicato, de bairro, de associações*, é porque aí *o povo debateu seus problemas, examinou suas necessidades coletivas, mediu suas forças e decidiu impor sua vontade*. Esse vício vem de longe: ontem tomávamos teorias de empréstimo para solucionar nossos impasses. Taine, Comte, Spenser. Recentemente o processo muda os nomes, não a tática: um nome de grande visibilidade na Europa é quando basta para encerrar um assunto, um debate. Tomamos teorias como um *diepax*, para acalmar os assaltos do real, que nenhuma teoria abarca inteiramente.

No discurso de Miguel Arraes a concepção de humanismo brasileiro faz deste humanismo uma *antropologia*: importa saber como os brasileiros são. É digno de nota a questão que faz o Governador em realçar *as matrizes étnicas e culturais, de um povo que já não tem vergonha de ser mestiço*. Porque a imagem que fazemos de nós mesmos influi em nosso comportamento. E, também, uma *moral política*: diz como deve proceder quem quer que queira conferir a todos a dignidade de cidadãos. Uma política que a urgência daquele momento leva a evitar as lutas sectárias — *no processo de revolução brasileira devem participar todos aqueles realmente interessados na superação da miséria e do atraso*. É ainda a questão candente do diálogo como condição primeira das políticas públicas. *E quando vejo alguém interessado, preliminarmente em discutir a posição teórica, filosófica ou religiosa, de A ou de B, desconfio sempre que esse alguém está interessado em não resolver, e impedir que se resolva, qualquer problema concreto do povo.*

Na tradição política brasileira aparece várias vezes o vezo do verbo deixado a si, a retórica beletrista, como uma realidade paranóica. Desde nossos primeiros *letrados*, esclarecidos por leituras de Rousseau, Kant,

Adam Smith, sonhavam transformações sociais que afastavam, em vez de ganhar aliados junto à alta burocracia e aos senhores de terras – onde a tradição e a manutenção das regalias prevaleciam. Isso talvez explique, em parte, o malogro do arroubo cívico de Frei Caneca e seus correligionários. Arraes exorciza esse risco quando chama a si, primeiro, o povo, *a participação do povo, cada vez mais assíduo e consciente* como legitimador de seu mandato. Em termos modernos, é ainda o temor de ver a realidade perder seu horror, pela frieza das estatísticas. Naquele momento, a realidade rude de se saber que metade das crianças do Estado morria por miséria ou fome, findava por tornar tudo quase indiferente, distante, como um gráfico de realidades que não nos tocam. Como se não fossem nossos filhos, nossos parentes. Notável nessa retórica é a forma de somar-se ao que nomeia, identificando-se: os que se mostram hesitantes, os que não ousam confessar seus compromissos, diz Arraes, diferem dele, que assumiu esses compromissos em praça pública, *com meu povo e minha região*. No início do discurso, essa fusão melhor se nomeia: eu – o povo.

Os tempos são outros, crê o otimismo de Arraes que pensa de modo quase irreversível o processo de revolução brasileira. Como muitos de nós, naquele momento. Como Voltaire, celebrando o advento das Luzes, acreditava relegado ao passado mais remoto a tortura, a miséria, a tirania. E Arraes define o tempo como tempos de mudança. E define a revolução brasileira como um norteio: *o projeto nacional que dá sentido e confere dignidade à condição de político, de militar, de administrador, de governante, de intelectual, de cidadão no Brasil dos nossos dias*.

Algumas questões continuam a desafiar nosso presente, como o da moradia popular ou o da reforma agrária, que desde Canudos põe em marcha pelos descaminhos do país, os nômades urbanos. Favelados, descamisados, sem-teto, sem-terra. Carregando suas culturas e suas instituições de invasão em invasão, essas levas de exilados dentro da pátria que não os acolhe, acumulam frustrações pela morosidade da Reforma Agrária, suscitando um temor que arma a violência reacionária. No entanto, conquistar um lugar para criar: criar os filhos, recriar condições de vida. Mas num contexto perverso onde a liberdade nasce todos os dias com um ruído de armas. *Fala-se muito, fala-se demais em reforma agrária; falam nela homens de tendências as mais variadas, já*

há dezenas e dezenas de projetos de reforma agrária, inclusive dos latifundiários. Depois, Arraes se dá conta de como o barulho que se faz em torno da questão é uma forma de escamotear sua urgência: *fala-se tanto que a expressão deixou de ser subversiva.* A questão continua alimentando, com violências locais, a violência maior: *o mau sistema distributivo da terra.* O recado foi rapidamente entendido pelos golpistas de 64; o governador propunha *um tipo de governo que possibilite a participação do povo no próprio processo administrativo.* Num tal contexto, distribuir o governo, partilhando-o, era inadmissível, para a classe armada de trabuco e tradição totalitária. Arraes sabia ser freqüente a fantasmação criada pelo temor reacionário apresentando-o como incendiário, comunista, que poderia isolar Pernambuco num cometa vermelho. *A má fé de uns poucos pretendeu insinuar que eu iria transformar Pernambuco numa ilha isolada do resto do Brasil.* Como também sabia que as esperanças condensadas pela esquerda poderiam projetar nele um messias, um salvador do povo. Mas já ali, nos idos de 60, era um político amadurecido por reflexões de ciência política. E, não menos, muito próximo dos malogros das experiências populistas pelas veredas históricas dos nossos sertões. Grande, nele, é guardar, grande, a liberdade de não querer ser tutelado. Nem pelo eixo das polarizações radicais, nem pelos Partidos, fazendo eco ao que dizia Engels: “Nenhum partido do mundo pode me condenar ao silêncio quando me decidi a falar” (Carta a Bebel, em maio de 1891). Alguns políticos mediram forças com o regime de exceção; só ganharam com o tempo – que lhes deu estatura de homens públicos exemplares ali e necessários sempre. Leonel Brizola, Francisco Julião, Miguel Arraes, e outros nomes que constelam aqueles tempos trevosos.

A última lição de Miguel Arraes (aqui no sentido de derradeira reserva): a vigilância, o senso crítico e participante. *Participação é a vigilância que o povo deve exercer sobre os compromissos assumidos por seus representantes, a fim de que seus interesses não sejam subestimados ou traídos.* Duas notas, altíssonas, dão o diapasão da atitude política: a) a possibilidade política se conjuga com a poética: são formas de habitar o presente, de criá-lo; o projeto social é uma criação coletiva; b) a moral da atenção à coisa pública, para que o discurso em torno da política não tome a rigidez de dogma, quando as ideologias dividem

com a religião o monopólio das certezas supostas; mas, antes, a maleabilidade de uma revisitação crítica permanente, como cabe à movência das coisas culturais. Enfim, essas duas notas poderiam caracterizar o projeto de Miguel Arraes que esse discurso expõe: a generosa poética da utopia da revolução programada e, ao mesmo tempo, o crivo crítico a que a submete, para fazer o sonho social compor com o possível.

Nota:

*Departamento de Letras da Universidade Federal de Pernambuco.